

**São Paulo, 14 de agosto de 2019.**

**Para:** Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde  
de Curitiba - FEAES

**A/C:** Comissão de Licitações

**Pregão:** 061/2019-FEAES

**Processo:** 101/2019 - FEAES

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO ESTATAL  
ESPECIALIZADA EM SAÚDE DE CURITIBA.

Referente: Pregão Eletrônico nº 061/2019 – FEAES

Processo: 101/2019

Contra Razão

**BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**,  
com sede na Rua **Antônio Fonseca, 285 - CEP 02112-010 - Vila Maria - São Paulo - SP**, inscrita no  
CNPJ/MF sob n.º **08.924.875/0001-91**, neste ato, representada por sua Diretora Geral, **LETICIA  
LIMONTA LASSALA MADIO**, inscrito no CPF sob n.º **344.218.988-80**, infra-assinado, vem  
respeitosamente perante a Vossa Senhoria, com fulcro no art. 109, I da Lei nº 8.666/93, e artigo  
26 do Decreto nº 5.450/05, apresentar.

## **CONTRARRAZÕES**

Ao inconsistente recurso interposto pela empresa **V.L.BARISON MATERIAIS MÉDICOS  
E HOSPITALARES -EPP**, perante essa distinta administração que de forma absolutamente  
coerente declarou a **RECORRIDA** vencedora do Processo Licitatório em pauta.

## **DA TEMPESTIVIDADE**

1. A **RECORRIDA** faz constar o seu pleno direito as Contrarrazões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

2. A **RECORRIDA** solicita que o Ilustre Pregoeiro e está douda comissão de Licitação do FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DE CURITIBA, conheça do RECURSO e NEGUEM provimento no Mérito, opinando pela viabilidade da continuidade do de seu julgamento, nos termos da presente manifestação.

3. Do direito de apresentar as Contrarrazões, Decreto nº 5.450/2005, Art. 26:

“Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.”

4. Considerando que a Recorrente materializou na data de 09 de agosto de 2019 a sua insatisfação em relação à Decisão, impetrado junto ao FEAES o recurso, restou à empresa a apresentação da presente contrarrazão, tendo como prazo final para a apresentação de suas contrarrazões a data de 15 de agosto de 2019 até 17:00hrs, não restando qualquer dúvida sobre a tempestividade do feito.

5. Diante do exposto, verifica se que a presente contrarrazão encontra se tempestiva.

**DAS RAZÕES PARA A MANUTENÇÃO DA R. DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE DECLAROU VENCEDORA A EMPRESA BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-EPP .**

## **II- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

6. A decisão objurgada, data máxima vênua, não está a merecer reforma pela I. Pregoeira, visto que a **BIOVALIC**, é uma empresa respeitada e consagrada empresa na área de biossegurança, atuante a mais de 12 anos no mercado, é reconhecida por atingir seu objetivo de trazer a seus clientes a mais alta tecnologia e inovação do setor., além de possuir pesada

estrutura administrativa e técnica, demonstrou, ainda, preencher os requisitos necessários para realizar satisfatoriamente as prestações futuras e eventuais do contrato, além de apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração.

7. No afã de embasar seu pedido de desclassificação A RECORRENTE FAZ AFIRMAÇÕES FALACIOSAS que não refutam a capacidade e idoneidade da ora RECORRIDA, insistindo em suas teses FRACAS, FALHAS, INFUNDADAS E DESCABIDAS. Por outro lado, a RECORRIDA comprovou sua NOTÓRIA condição ao direito de licitar, eis que, demonstrou possuir idoneidade e capacitação técnica para contratar com a Administração.

8. Nesse passo, passará a **RECORRIDA** a demonstrar que a nobre Comissão, acertou em classificar e declarar vencedora sua proposta, razão pela qual a indigitada decisão não merece retoque algum e há de ser integralmente mantida.

### **III- DAS INCONSISTÊNCIAS APRESENTADAS PELA RECORRENTE**

9. Nas alegações emanadas pela empresa RECORRENTE, a fim de consubstanciar seu ardiloso estratagema, chega a Recorrente a afirmar que a **RECORRIDA** deveria ser inabilitada por ter apresentado registro na ANVISA em desacordo e incompatível com o solicitado, vejamos:

#### **DAS RAZÕES**

A empresa recorrente fazendo essa alegação, está tentando desacreditar um órgão federal de notória qualificação, queremos acreditar em equívoco, para comprovação anexamos a esse novamente o REGISTRO ANVISA.

Não satisfeita tenta desacreditar essa Douta Comissão, que analisou todos os documentos enviados e ainda para maior lisura solicitou no dia 09 de julho de 2019, conforme e-mail

enviado a nossa empresa (em Anexo), o que foi prontamente atendida. Amostra essa aprovada por esse nobre colegiado, ratificando que o produto por nós oferecido atende plenamente ao solicitado em Edital .

10. Preliminarmente, cumpre observar que a **RECORRIDA** ao participar do certame em tela aceitou todas as condições expostas no Edital, inclusive as sanções que poderão ser aplicadas pelo descumprimento do Contrato.

11. Ademais, como diz a Lei das Licitações (8.666/93), o objetivo de uma licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Em busca de atender a esse pressuposto ideal de competição, equilíbrio e justiça, o legislador viu-se obrigado a definir critérios para avaliação das propostas apresentadas pelos licitantes, inclusive para alijar uma ou outra proposta do certame em virtude de trazer um preço elevado ou "QUE NÃO CUMPRIR AS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS".

12. Na referida lei, é o artigo 48 que trata da desclassificação de propostas. Além de determinar aos órgãos públicos que desclassifiquem as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação, o artigo impõe também a rejeição a toda e qualquer proposta com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis. Segundo este artigo, serão desclassificadas:

"I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

Art. 24. Serão desclassificadas as propostas Que: (..)

I (...)

II - apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanáveis. (grifo)

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A administração pública poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso IV do caput deste artigo.

13. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o atendimento total dos requisitos do Edital, bem como se certificar que o produto apresentado atenda suas necessidades, e a **RECORRIDA**, comprovou suas qualificações e ainda ofereceu um material que cumpre todas as normas. E esse egrégio órgão entendeu que a nossa empresa demonstrou cabalmente que era capaz de atender o solicitado na presente Licitação, e na avidez da empresa recorrente não se atentou a todos os documentos demonstrados aqui e nem a decisão que nos sagrou vencedores do certame. :

## **LEGISLAÇÃO**

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

14. Diante todo o exposto, está demonstrando o atendimento completo dos requisitos da proposta de todas as formas possíveis e permitidas em lei, e também a confirmação que o preço ofertado no Pregão Eletrônico em questão trata se de um preço firme e que não haverá qualquer alteração por parte desta Empresa.

#### **IV DO PEDIDO**

Por todo exposto, a **RECORRIDA** requer que:

- a) Seja recebido e processado a presente Contrarrazão, nos exatos termos art. 4º, XVIII da Lei nº 10.520/2002 e art. 26, do Decreto nº 5.450/2005;
- b) Seja no mérito julgados improcedentes todos os pedidos formulados pela empresa V.L.BARISON MATERIAS MÉDICOS E HOSPITALARES-EPP, por não estarem em consonância com a legislação pátria.
- c) Que seja mantida a r. decisão que sagrou vencedora a empresa BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-EPP. Homologando a presente licitação;

Nesses  
Termos, Pede  
deferimento.

São Paulo, 14 de agosto de 2019.

Cordialmente

  
\_\_\_\_\_  
**LETICIA LIMONTA LASSALA MADIO**  
**SÓCIA DIRETORA**

CPF: 344.218.988-80  
RG: 43.705.597-8 SSP/SP

08.924.875/0001-917  
BIOVALIC COMÉRCIO DE  
EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA  
Rua Antônio Fonseca, 285  
Vila Maria - CEP 02112-010  
SÃO PAULO - SP

**De:** Janaina Barreto Fonseca <jafonseca@feaes.curitiba.pr.gov.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 9 de julho de 2019 15:26  
**Para:** licitacoes@biovalic.com.br  
**Assunto:** Ofício 065/2019- Solicitação de amostras\_ PE 061/2019  
**Anexos:** 14- Of. 065-2019- Biovalic.pdf

Prezados,

anexo segue Ofício 065/2019- CPL/Feaes, cujo objeto é solicitação de amostra de item do Pregão Eletrônico n.º 061/2019- Feaes.

Tal solicitação está prevista no item 10.1 do Edital de Embasamento, qual seja: *“A solicitação de amostra (s) poderá ser feita pela Pregoeira, a critério do setor solicitante, portanto a (s) empresa (s) participante (s) deverá (rão) apresentar amostra (s) completa (s) do (s) item (ns) solicitado (s), em sua (s) embalagem (ns) original (is), devidamente identificada (s), no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da solicitação formal da Pregoeira (através de Ofício ou e-mail). A (s) amostra (s) deverá (ao) ser entregue (s) no endereço que será indicado no documento enviado pela Pregoeira”.*

**Saliento que o prazo máximo para apresentação das referidas amostras é de 48h, prazo este estabelecido em edital e improrrogável.**

**\*\*Favor confirmar o recebimento deste\*\***

Atenciosamente,



Janaina Barreto Fonseca  
Pregoeira  
Comissão Permanente de Licitações  
41 3316-5967  
feaes.curitiba.pr.gov.br

Curitiba, 09 de julho de 2019.

**Ofício nº 065/2019 - CPL/Feaes**

**Ref. Solicitação de amostra - Pregão Eletrônico n.º 061/2019- Feaes**

Prezado(a) Senhor(a):

Venho por meio deste, solicitar **AMOSTRA** do seguinte item:

- **Item 02:** 213316/ Embalagem Em Não Tecido 100% Polipropileno, 120 X 120cm - 45/60 G/M²- 03 (três) unidades)
- **Item 03:** 213461/ Embalagem Em Não Tecido 100% Polipropileno, 150 X 150cm - 45/60 G/M² - 03 (três) unidades

Tal solicitação está prevista no item 10.1 do Edital de Embasamento, qual seja:

*“A solicitação de amostra (s) poderá ser feita pela Pregoeira, a critério do setor solicitante, portanto a (s) empresa (s) participante (s) deverá (rão) apresentar amostra (s) completa (s) do (s) item (ns) solicitado (s), em sua (s) embalagem (ns) original (is), devidamente identificada (s), no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da solicitação formal da Pregoeira (através de Ofício ou e-mail). A (s) amostra (s) deverá (ao) ser entregue (s) no endereço que será indicado no documento enviado pela Pregoeira”.*

Para efeito de PROTOCOLO, a proponente deverá apresentar junto com a(s) amostra(s) relação do(s) item (ns) entregue(s) em duas vias. A(s) amostra(s) apresentada(s) por sua empresa deverá (ão) ser da mesma marca da cotada no Pregão Eletrônico acima citado.



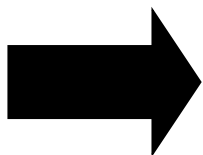
A empresa deverá encaminhar a(s) amostra(s) acima solicitada(s) (devidamente identificado(s) com o número do **Pregão Eletrônico nº 061/2019- Feaes, nome da empresa, bem como os itens correspondentes**) até às **17h do dia 11/07/2019 (quinta-feira)**.

A(s) amostra(s) deverá (ão) ser encaminhada(os) para o **Hospital do Idoso Zilda Arns- Hiza**, sito à Rua Lothário Boutin, 90, 1º andar (administração), Bairro Pinheirinho, Curitiba-Paraná, CEP 81.110-522, **aos cuidados de Janaina Barreto Fonseca, no horário das 08h (oito horas) às 17h (dezessete horas) de 2ª (segunda-feira) a 6ª (sexta-feira), telefones para contato (41) 3316-5967.**

Só se admitirá a entrega da(s) amostra(s) no horário de funcionamento desta unidade administrativa (08h às 17h).

**A não apresentação da(s) amostra(s) solicitada(s) no prazo estabelecido acima acarretará na desclassificação do (s) referido(s) item (ns).**

**Janaina Barreto Fonseca**  
**Pregoeira**



FAVOR ENCAMINHAR A CONFIRMAÇÃO DO RECEBIMENTO DESTE OFÍCIO ATRAVÉS DO E-MAIL (jafonseca@feaes.curitiba.pr.gov.br) Fone p/ Contato: (41) 3316-5967.

**À Empresa**  
**Biovalic Comércio de Equipamentos Médicos LTDA**  
**URGENTE**

## ALVARO MARINELLI SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.

### 3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

### BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.

CNPJ/MF: 08.924.875/0001-91



**CLARISSA LIMONTA LASSALA MATIAS**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 17.05.1983, RG. 33.886.466-0-SSP/SP, expedido em 17.05.2012 e CPF/MF sob nº 311.819.948-29, residente e domiciliada nesta Capital, na rua Dr. João Batista Soares de Faria, 89, apto. 51, CEP 02403-050, Santana;

**LETICIA LIMONTA LASSALA MADIO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 24.01.1986, RG. 43.705.597-8-SSP/SP, expedido em 24.08.2011 e CPF/MF sob nº 344.218.988-80, e,

**NATASSIA LIMONTA LASSALA**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 24.01.1986, RG. 43.705.483-4-SSP/SP, expedido em 25.11.1997 e CPF/MF sob nº 344.218.888-18, ambas residentes e domiciliadas nesta Capital, na rua Dr. Guilherme Cristofel, 462, apto. 131, CEP 02406-010, Santana, únicas sócias componentes da sociedade empresária limitada, legalmente constituída sob a denominação social de **BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35221366163, em 17 de abril de 2007, e última alteração de contrato registrada sob nº 208.073/13-9, em 14.06.2013, vem, de comum acordo, proceder à alteração e consolidação de seu contrato social, conforme cláusulas e condições seguintes:

**PRIMEIRA:** - O capital social que era de R\$10.000,00 (dez mil reais) é elevado para a quantia de R\$100.000,00 (cem mil reais), cuja elevação no valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais) é feita em moeda corrente nacional, totalmente integralizado e realizado, neste ato, sendo R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais) pela sócia **Clarissa Limonta Lassala Matias**, R\$9.000,00 (nove mil reais) pela sócia **Leticia Limonta Lassala Madio** e R\$9.000,00 (nove mil reais) pela sócia **Natassia Limonta Lassala**.

**SEGUNDA:** - O capital social registrado na quantia de R\$100.000,00 (cem mil reais) fica assim distribuído entre as sócias:

CLARISSA LIMONTA LASSALA MATIAS.....	80.000 quotas.....R\$ 80.000,00
LETICIA LIMONTA LASSALA MADIO.....	10.000 quotas.....R\$ 10.000,00
NATASSIA LIMONTA LASSALA.....	10.000 quotas.....R\$ 10.000,00
<b>T O T A L.....</b>	<b>100.000 quotas.....R\$100.000,00</b>



## ALVARO MARINELLI SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.

**Parágrafo Primeiro:** - A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todas respondem, solidariamente, pela total integralização do capital social, de conformidade com o artigo 1052 da Lei 10.406/2002.

**Parágrafo Segundo:** - Segundo remissão determinada pelo artigo 1054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que as sócias não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**TERCEIRA:** - As sócias deliberam entre si, que nenhuma delas terá retirada mensal a título de "pró-labore".

**QUARTA:** - As sócias deliberam de comum acordo, em consolidar o contrato social, passando a sociedade a se reger pelas cláusulas e condições seguintes, que constituirão o seu

### CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

**PRIMEIRA:** - A sociedade girará sob a denominação social de **BIOVALIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**, constituindo-se numa sociedade empresária limitada, nos termos da legislação em vigor.

**SEGUNDA:** - A sociedade terá sua sede nesta Capital do Estado de São Paulo, na rua Antonio Fonseca, 285, CEP 02112-010, Vila Maria Baixa, NIRE 35221366163 de 17.04.2007, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.924.875/0001-91, Inscrição Estadual sob nº 149.727.865.112 e CCM sob nº 3.651.846-8, podendo abrir e fechar filiais em qualquer localidade do território nacional, onde convenha aos seus interesses, mediante alteração contratual assinada por todas as sócias.

**TERCEIRA:** - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

**QUARTA:** - A sociedade destina-se a explorar o ramo de comércio de equipamentos e produtos médicos, hospitalares e odontológicos e serviços de manutenção de máquinas e equipamentos de informática na área médica.

**QUINTA:** - O capital social é de R\$100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado e realizado, em moeda corrente nacional, dividido em quotas de R\$1,00 (hum real), cada uma, assim distribuído entre as sócias:

CLARISSA LIMONTA LASSALA MATIAS.....	80.000 quotas.....R\$ 80.000,00
LETICIA LIMONTA LASSALA MADIO.....	10.000 quotas.....R\$ 10.000,00
NATASSIA LIMONTA LASSALA.....	10.000 quotas.....R\$ 10.000,00
<b>T O T A L.....</b>	<b>100.000 quotas.....R\$100.000,00</b>



*Handwritten signatures and initials.*



## ALVARO MARINELLI SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.

**Parágrafo Primeiro:** - A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todas respondem, solidariamente, pela total integralização do capital social, de conformidade com o artigo 1052 da Lei 10.406/2002.

**Parágrafo Segundo:** - Segundo remissão determinada pelo artigo 1054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que as sócias não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**SEXTA:** - Em caso de aumento de capital social, as sócias quotistas terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, proporcionalmente ao número das que já possuam no capital da sociedade, tendo um prazo de sessenta dias para exercerem o direito de preferência na subscrição das quotas.

**SÉTIMA:** - A administração da sociedade será exercida por todas as sócias, em conjunto ou isoladamente, e a elas caberá a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, tão somente nos negócios que digam respeito aos interesses sociais, ficando expressamente vedado o uso da denominação social em assuntos estranhos aos objetivos sociais ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer sócia ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem a autorização expressa das demais sócias, podendo constituir procuradores, cujos instrumentos de mandato deverão mencionar a finalidade e, com exceção daqueles para assuntos judiciais, constar o prazo de validade.

**Parágrafo Único:** - Nos termos do artigo 1061 da Lei 10.406/2002, fica permitida a alteração deste contrato social para a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços do capital social.

**OITAVA:** - As sócias deliberam entre si, que nenhuma delas terá retirada mensal a título de "pró-labore".

**NONA:** - Os lucros ou prejuízos verificados por Balanço Patrimonial, encerrado a 31 de dezembro de cada ano, serão divididos ou suportados em partes proporcionais à participação no capital de cada sócia.

**Parágrafo Único:** - Poderão as sócias deliberar, de comum acordo, quanto à distribuição de lucros em proporção diferente à das quotas de capital social, bem como na retenção ou capitalização parcial ou total dos lucros apurados e acumulados e futura compensação de eventuais prejuízos acumulados, observada a legislação pertinente à matéria.

**DÉCIMA:** - As quotas de capital da sociedade não poderão ser alienadas ou cedidas a terceiros, estranhos ao quadro social, sem o prévio e expresso consentimento das demais sócias, às quais fica assegurada a preferência na aquisição, em igualdade de condições, devendo a sócia cedente oferecer às demais sócias, sempre por escrito, em correspondência dirigida a cada uma, da qual constem as condições da alienação, para que estas se manifestem sobre o exercício da preferência no prazo de sessenta dias.



*[Handwritten signatures and initials]*



## ALVARO MARINELLI SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.

**Parágrafo Único:** - Findo o prazo de sessenta dias para o exercício da preferência sem que as sócias tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

**DÉCIMA PRIMEIRA:** - A sócia que pretender se retirar da sociedade deverá comunicar as demais sócias, por escrito e com antecedência mínima de sessenta dias.

**Parágrafo Único:** - Concretizando-se a saída da sócia sem alienação das suas quotas, as demais sócias ou terceiros, a sociedade reembolsará o valor da sua participação o qual será apurado pelo valor do Patrimônio Líquido através de Balanço Especial a ser procedido, sendo o respectivo pagamento efetuado nas condições a serem acordadas na ocasião, sempre em prazo não inferior a doze meses.

**DÉCIMA SEGUNDA:** - A sociedade não se dissolverá pela morte, falência, ausência ou impedimento de uma das sócias, ficando os herdeiros ou sucessores sub-rogados nos direitos da falecida, falida, ausente ou impedida, se nisso concordarem e mediante procedimento legal aplicável. Inexistindo a concordância dos herdeiros ou sucessores quanto à continuidade, será efetuado o pagamento do reembolso das quotas, após a manifestação de não concordância dos herdeiros ou sucessores, sempre em prazo não inferior a doze meses.

**Parágrafo Único:** - Ficando a sociedade constituída apenas de uma única sócia e a pluralidade de sócias não for reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias entrará a sociedade em liquidação.

**DÉCIMA TERCEIRA:** - As sócias dispensam a realização de suas deliberações através de reuniões e assembléias, haja vista o número de sócios não ser superior a 10 (dez), conforme prescreve o parágrafo 1.º do artigo 1.072 da Lei 10.406/2002.

**DÉCIMA QUARTA:** - O presente contrato social poderá ser modificado, a qualquer tempo, no todo ou em parte, sendo, para tanto, necessária a aprovação de sócias que detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das quotas de capital social.

**DÉCIMA QUINTA:** - A sociedade será regida pelo presente contrato social e pela Lei 10.406/2002, tendo como regência supletiva as Normas Regimentais da Sociedade Anônima – Lei 6.404/76, ficando eleito o Foro da Comarca desta Capital para dirimir quaisquer dúvidas surgidas durante a sua vigência.

**DÉCIMA SEXTA:** - As sócias declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme artigo 1.011 parágrafo primeiro da Lei 10.406/2002.





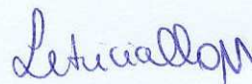
## ALVARO MARINELLI SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA.

Assim, certas e ajustadas, assinam o presente contrato em três vias, de igual forma e teor, devendo ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os efeitos legais.

São Paulo, 01 de novembro de 2014.




CLARISSA LIMONTA LASSALA MATIAS



LETICIA LIMONTA LASSALA MADIO



NATASSIA LIMONTA LASSALA



ANGELO MARINELLI NETO  
OAB-SP - 71.222



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS**  
**FUNDADO EM 1888**  
**PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE**  
**JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **BIOVALIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **BIOVALIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/01/2019 12:20:24 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **BIOVALIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

**Código de Consulta desta Declaração:** 1149482

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **10/01/2020 12:16:31 (hora local)**.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 58111001191040510245-1 a 58111001191040510245-5

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

**CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bc14cf387458e8733b543f1b015fe3207ba362262511e7a59c9ad2d484c198d50bdc8b08ca966b6626e1f186f03c9a060df057eeecb77cb5720b5d12822f40072

Certifica - Autoridade Certificadora

Certificada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
LETICIA LIMONTA LASSALA MADIO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
43705597 SSP/SP

CPF  
344.218.988-80

DATA NASCIMENTO  
24/01/1986

FILIAÇÃO  
HUMBERTO LASSALA FILHO  
LISETE LIMONTA LASSALA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
03278369141

VALIDADE  
02/05/2019

1ª HABILITAÇÃO  
13/05/2004

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO  
02/05/2014

74640720448  
SP629643571

DETRAN SP (SAO PAULO)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
922928519

PROIBIDO PLASTIFICAR  
922928519

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58010-000 ☎ www.azevedobastos.net.br - Tel.: (83) 3244-5404 - Fax: (83) 3244-5404

**Autenticação Digital**

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 58111001191040510099-1; Data: 10/01/2019 10:47:35**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHZ16103-LLY9;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti  
Titular

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS**  
**FUNDADO EM 1888**  
**PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE**  
**JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **BIOVALIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **BIOVALIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/01/2019 12:21:24 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **BIOVALIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

**Código de Consulta desta Declaração:** 1149485

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **10/01/2020 12:16:31 (hora local)**.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 58111001191040510099-1

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

**CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bc14cf387458e8733b543f1b015fe3207ba362262511e7a59c9ad2d484c198d50bdc8b08ca966b6626e1f186f03c9a0607758a9bc695efac3e598fc656313ee03

Certifica - Autoridade Certificadora

Certificada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

